



Anais da Assembleia

Nº 32

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1979
SEXTA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Deni Schwartz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Vaiduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Delegado JOSÉ MATHIAS LACERDA, do 4.º Distrito Policial de Londrina.

Outrossim, requer ainda, seja dado conhecimento do presente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a fim de que Sua Excelência determine o início do asfaltamento da Rodovia PR-T-153, trecho que liga Imbituva a Irati.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER um voto de congratulações ao Sr. Presidente do I.B.C. pela acertada medida tomada ontem através de uma resolução, na qual dava a Paranaguá, para os cafés exportados por aquele Porto, um diferencial de cinco centavos de Dollar, por libra peso, atendendo desta forma, antiga reivindicação do povo daquela cidade.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1979.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso legal de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de voto de solidariedade ao Vereador Adolpho Mariano da Costa, do Município de Medianeira, Estado do Paraná, bem como voto de repúdio ao ato de arbitrariedade promovido pela Câmara Municipal do mesmo município.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Os Vereadores do Município de Medianeira, área de Segurança Nacional, a partir de uma denúncia feita pelo Prefeito Luiz Bonatto, baseado no Decreto Lei n.º 201, que estipula responsabilidade de prefeitos e vereadores e mais o presidente da Câmara Municipal, convocou o Delegado de Polícia local, e demais elementos da Prefeitura Municipal, para julgar as declarações do Digníssimo Vereador, que segundo matéria publicada pelo jornal "O Paraná" da cidade de Cascavel, teria se pronunciado, conforme entendimento do Sr. Prefeito Luiz Bonatto, indecorosamente à sua administração. Tal julgamento foi realizado coativamente com a presença do Sr. Delegado de Polícia Saul de Moura, que resolveu ouvir, ou melhor, sem ouvir o réu que teria quarenta e cinco dias para apresentar sua defesa e sem o prévio inquérito baseado exclusivamente em matéria publicada por um órgão de imprensa.

Tal tomada de posição redundou na declaração de extinção do mandato do citado vereador, e a declaração de vago o cargo, convocando-se o suplente imediato para a tomada de posse.

Isto acontece em áreas de Segurança Nacional, onde impera a arbitrariedade e os desmandos políticos.

Fica aqui nosso voto de solidariedade ao ilustre Vereador, e repúdio à decisão tomada pelas autoridades constituídas daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, sugerindo medidas visando a criação dos Distritos Judiciários de São Jorge e de São João, ambos no Município e Comarca de Altônia, deste Estado.

Os distritos referidos dispõem de todas as condições para a criação de distritos judiciários.

Foram elevados à categoria de distritos administrativos por Lei Estadual exaustivamente debatida nesta Casa. Contam com a população e números de eleitores exigidos para atender a pretensão, estando, portanto, apenas no aguardo das providências dos setores responsáveis para conquistarem referida

elevação.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Diretor Presidente da COPEL, solicitação no sentido de proceder a eletrificação do Distrito de Ibiracema, no Município de Catanduvas.

Tal solicitação visa atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN, solicitando-lhes providências para a retirada de dois enormes painéis de propaganda colocados recentemente na esquina da rua Jacarezinho com Desembargador Vieira Cavalcanti.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

As enormes placas de propaganda colocadas recentemente na esquina da rua Jacarezinho com Desembargador Vieira Cavalcanti, além de estarem situadas em ruas centrais da cidade, causando incômoda poluição visual, poderão dar causa a acidentes automobilísticos, por adentrarem a rua Jacarezinho além dos limites permitidos para qualquer construção civil (afastamento mínimo de cinco metros).

Além disso, impossibilita o acesso de máquinas ao terreno, no qual são freqüentemente jogados caminhões de terra ou mesmo detritos, fator que ocasiona o crescimento de mato no barranco que vai se formando naturalmente, onde deveria ser dado lugar ao passeio, à margem dos leitos das ruas Jacarezinho e Vieira Cavalcanti, anulando quase que totalmente a visibilidade para os motoristas que por ali trafegam.

Dai solicitarmos a imediata retirada dessas placas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhadas cópias do incluso documento às seguintes autoridades, a saber: Presidente da República, Ministro do Interior, Ministro da Agricultura, Ministro das Minas e Energia, Ministro da Previdência e Assistência Social, Presidente do INCRA e Presidente da Itaipu Binacional.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento espera a solidariedade dos integrantes desta Casa aos moradores da localidade denominada PORTO MENDES, no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, que enviaram ao Sr. Costa Cavalcanti, um abaixo assinado onde solicitam indenização de todas as propriedades, comércio e moradores da citada localidade e das áreas de terras que se situam na já denominada "península", que sem a devida indenização, estarão condenados a quase todos os prejuízos, por não possuírem condições para transferir-se para outros pontos daquele município.

Tendo em vista ainda, a inundação a ser efetivada pelo futuro reservatório e lago da usina de Itaipu; a imigração dos

moradores já indenizados, para outras localidades distantes; a desapropriação das estradas Porto Mendes/Guaíra-Porto Mendes/Foz do Iguaçu; a desapropriação de áreas que atingiu boa parte do próprio loteamento central daquela localidade; a queda total no setor comercial, e por não haver condições sociais para a permanência daquelas famílias no citado local, solicitam a indenização de todas as áreas de terras e propriedades situadas em Porto Mendes.

O documento anexo a este requerimento, traz informações mais amplas, e julgamos que tal reivindicação é justa e deve merecer por parte das autoridades, um estudo e solução no mais breve espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Nelson Buffara. (pausa)

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta manhã de sexta-feira, apenas para repudiar a atitude do Superintendente do INPS, Sr. Maurício Moura, que nesta semana, exonerou do cargo de Assessor de Imprensa do INPS, um jornalista para colocar em seu lugar um sociólogo. E procurando defender a classe a qual há muito tempo faço parte e outros companheiros também desta Casa o fazem, no sentido de que há hoje, uma dificuldade muito grande para o aproveitamento do jornalista. Há um campo de trabalho muito restrito e quando surge a oportunidade para o aproveitamento de um jornalista, aparece uma atitude deselegante, desinformada como essa do Superintendente do INPS, Sr. Maurício Moura, que já está de malas prontas para deixar esta Superintendência, deixando para o seu sucessor, um abacaxi a ser descascado. E digo isso porque: Pode ser até que, com a nomeação desse sociólogo para o cargo de assessor de imprensa, uma vaga de sociólogo tenha ficado à disposição lá no INPS e aí pode-se até colocar um jornalista como sociólogo e o sociólogo como jornalista. É até uma falta de respeito muito grande à classe dos jornalistas que viu um companheiro saindo de uma assessoria de imprensa, dando lugar e aqui não discuto a condição do sociólogo que está assumindo tal posição. Se tem condições ou não, de desempenhar a função de assessor de imprensa no INPS. Mas o que se discute é que, este é um cargo que deve ser de um jornalista. Lamentavelmente a atitude do Superintendente, Sr. Maurício Moura, o INPS vem contrariar uma luta que é muito grande dos jornalistas, que a cada dia que passa está procurando aumentar o seu campo de trabalho e, uma atitude como esta apenas vem prejudicar o anseio dos profissionais.

Estou também solicitando que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná tome uma medida para colocar "cada macaco em seu galho".

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta manhã, para deixar aqui o meu voto de protesto a uma nomeação recentemente efetivada pela Secretaria da Justiça do Paraná, quando nomeou o novo Diretor da Penitenciária Central do Estado.

O meu protesto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ele se cinge exatamente no fato em que este cargo de Diretor de Penitenciária, ao longo desses últimos anos, tem sido um cargo que deva ser ocupado por alguém que tenha especialização em criminologia. E digo o porque. Porque os estudos que visam a

modificação dos Códigos Penal e Processual Penal Brasileiro, eles têm levado em alta consideração, a função de recuperação do delinqüente; a função de socialização daquele que infringiu uma norma penal e depois do seu cumprimento, ao retornar à sociedade ele possa ser novamente recuperado, reaceito e ter a sua vida normal. Eu não entendo e é por isso que lamento como que o Sr. Secretário de Justiça do Paraná, homem que inclusive possui o curso de Direito, pode nomear alguém para exercer este importante cargo de Diretor da Penitenciária Central do Estado; alguém que não tenha essas condições de especialização em Criminologia. O que é mais importante e o que é pior ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o ano passado, a Universidade de Londrina, pioneira neste campo em todo o Brasil, formou um grupo de aproximadamente vinte criminólogos, e, lamentavelmente, na primeira oportunidade que ocorre, a gente não vê um desses vinte criminólogos serem aproveitados pelo Governo do Paraná. Reside aí, a minha crítica e o meu protesto à indicação de Renato Silvestre de Araújo para a direção da Penitenciária Central do Estado.

E qual o critério adotado para sua nomeação? É eminentemente político, porque Renato Araújo era até há pouco, Vereador pela ARENA de Londrina, representando o Distrito de Tamarana. Mais uma vez o que se vê é fazer política com assunto sério quando na realidade, o que deveria ter sido feito era ter-se preocupado em aproveitar alguém que cursou uma universidade, em curso de especialização em criminologia e não alguém que não tem conhecimento específico da matéria.

Fica, pois, o meu protesto e o meu alerta, para que fatos como este não se repitam mais no Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, na cidade de Foz do Iguaçu, o jornal "Hoje", daquela cidade, teve apreendida a sua edição, conforme telex recebido por alguns eminentes Deputados desta Casa, e que no momento não estão presentes, razão pela qual esses mesmos Deputados, Gernote Kirinus, Tércio Albuquerque, Nelton Friedrich e Fidelcino Tolentino estão a requerer um voto de repúdio à apreensão da edição n.º 32 do jornal "Hoje" de Foz do Iguaçu, com circulação regional de 19 a 26 de abril de 1979.

Srs. Deputados, se somarmos esse fato localizado aqui no nosso Estado, às notícias que vêm sendo veiculadas pela imprensa nacional, de que se estuda uma forma de conter a chamada imprensa alternativa, uma forma de impedir a chamada imprensa alternativa, nós vemos com muita apreensão esses fatos pois sob a alegação de que aquele tipo de imprensa crítica o Governo, no momento em que a censura prévia é levantada se pretende conseguir leis que, pior do que a censura, irão impedir que a imprensa alternativa se faça presente nos grandes assuntos nacionais.

Democracia, Srs. Deputados, não pode ser conseguida com qualquer tipo de censura e menos ainda, com o impedimento de qualquer tipo, de qualquer espécie de jornais que vinham a ser impedidos de circular.

Por isso, em nome daqueles Deputados, da ARENA e do MDB, solicito encarecidamente a manifestação desta Casa, para que fique bem claro que nós, legisladores deste Estado, estamos apreensivos quanto às limitações que, porventura se queiram fazer à imprensa, não só ao jornal do nosso interior, mas também a todo e qualquer jornal que porventura circule neste País.

O Governo como um todo, o governo com o Executivo, com o seu Legislativo e com o seu Judiciário, tem meios legais de impedir a imprensa que por ventura ofenda a sociedade, deixe de circular, mas não pode ser por iniciativa apenas do Executivo, pois isso violenta totalmente os predicados da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nos últimos dois anos, nesta Casa, fizemos desta tribuna, nossa trincheira em defesa intransigente de interesses parnanguaras.

Por várias vezes, aqui estivemos enfatizando a importância que representava para a cidade de Paranaguá, do aumento do diferencial de dólar para exportação de café por aquele Porto.

Ante a insensibilidade do Presidente da autarquia de então, Sr. Camilo Calazans, homem que demonstrava uma total insegurança nos atos que praticava. Tanto é verdade que tivemos uma desavença desagradável com Sua Excelência que, naquele tempo, dirigia os destinos do IBC, quando duas portarias, as resoluções 50 e 52 foram baixadas e, possivelmente, uma delas revogada deixando a cidade de Paranaguá num profundo trauma, num total desalento.

Na época, tivemos um problema com Sua Excelência, o Sr. Camilo Calazans quando dissemos que "ele era grande na obesidade e pequeno nas atitudes". "Ele, em represália, quando desembarcava no Aeroporto de Londrina, inquirido pelos repórteres afirmou que "não conhecia o "Deputado-zinho", nem queria citar o nome, ante a inexpressão do Deputado em relação a ele".

Hoje, estamos aqui para cumprimentar o atual Presidente do IBC, pela acertada resolução, pela felicidade com que se houve, no dia de ontem, aumentando de três para cinco cents de dólares para registro na exportação de café pelo Porto de Paranaguá.

Isto vale dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da importância que representa para Paranaguá tal medida: mais mão-de-obra, mais trabalho, fazendo com que os exportadores sintam-se interessados em exportar café pelo nosso Porto, em função do diferencial do registro. E estamos aqui para cumprimentar a maturidade, a sabedoria, o acerto da resolução publicada ontem, e divulgada, hoje, pelos jornais da Capital, dando mostras do seu equilíbrio, do seu tino de homem competente, e que muito fará à frente do Instituto Brasileiro do Café. Demonstração para isso foi dada através da resolução de ontem.

Redigiremos, Sr. Presidente, um requerimento no qual faremos inserir um voto de congratulações pela acertada do Sr. Presidente do IBC.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 147/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, com sede e foro no Distrito de Prado Ferreira, do Município de Mireselva.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 147/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, com sede e foro no Distrito de Prado Ferreira, do Município de Mireselva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 187/78, que declara de utilidade pública o LAR INFANTIL ANDRÉ LUIZ, com sede e foro na cidade de Rolândia.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 187/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR INFANTIL ANDRÉ LUIZ, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 188/78, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede e foro na cidade de Arapongas.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 188/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede e foro na cidade de Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de aplausos à Equipe de Basebol de Nova Esperança, pela conquista do Campeonato Paranaense de Basebol.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido da criação de um Curso de 2.º grau, no Distrito de São Jorge, Município de Altônia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao DER, encarecendo providências quanto as condições de trabalho, salário e moradia de inúmeros funcionários do referido departamento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo providências visando a eletrificação rural no Distrito de Diamante, Município de Guaraniaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e aplausos à Liga Amor e Caridade, pertencente ao Centro Espírita Ildefonso Correia, pela passagem de seus 31 anos de fundação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja

oficiado aos Srs. Ministro dos Transportes e Presidente da PETROBRÁS S/A., contendo reivindicações referentes ao Terminal de Fertilizantes e o aumento do cais acostável do Porto de Paranaguá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, visando a instalação de um Corpo Médico junto aos Postos de Fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus, Tércio Albuquerque, Nelson Friedrich e Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio à apreensão da edição n.º 32, do Jornal "HOJE" — Foz do Iguaçu.— Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa ontem foi surpreendida com um telex vindo aos Deputados do Oeste do Paraná, no qual constava uma medida de apreensão da edição n.º 32, do periódico HOJE, de Foz do Iguaçu, com praticamente 6.000 exemplares, que circulam em todo o Oeste do Paraná.

O que nos surpreende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, tal medida, no momento brasileiro, vem, efetivamente, atropelar as boas intenções de abertura, de liberdade de opinião e acima de tudo do exercício sagrado da imprensa brasileira.

Porque é efetivamente com medidas, ora questionadas, das quais não nos preocupamos com o mérito e muito menos com as suas conseqüências práticas, mas são medidas dessa espécie que fazem com que a opinião do jornalista do Interior comece a ser cerceada. E ele continua a exercer autocrítica e autocensura porque mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos sentindo, no Oeste do Paraná, desvairadas medidas que vêm prejudicando a própria abertura democrática e os princípios sagrados que haverão sempre de nortear os homens democráticos naquela região e em todo o Brasil.

Deixamos aqui, de público o nosso repúdio a esta medida que fez com que elementos da própria Polícia, viessem à Cascavel, adentrassem as dependências do periódico "HOJE" fazendo apreensão dos jornais que ali ainda estavam, seguindo a Medianeira e assim igualmente procedendo. E, se a ordem veio de uma autoridade judiciária, de um Juiz de Direito, nós não podemos admitir que não fosse efetivada através de um mandado judicial, através dos oficiais de Justiça. Assim se fez em Foz do Iguaçu, mas não se fez em Medianeira e não se fez em Cascavel. O editor chefe daquele periódico, consagrado jornalista Sefrin Filho, ao longo dos anos no oeste do Paraná, tem sido um baluarte da democracia, tem enfrentado todos os poderosos da economia e da política na região. Sefrin Filho e sua equipe, não têm se dobrado ao poder da política e ao poder econômico e às outras forças que vêm proliferando pelo oeste do Paraná. Têm feito um jornal independente, têm feito uma imprensa que serve de exemplo ao Paraná e ao Brasil, e por esta razão, talvez, maquinou-se esta medida que pode ter outro sentido, pode ter outra colocação frontal mas tenho certeza, no plano de fundo está um objetivo intimidatório a esta modelar imprensa.

Senhor Presidente, Srs. Deputados alega-se inclusive, motivo de imoralidade daquele jornal quando no entanto Notícias Populares, na publicação diária da Tribuna do Pa-

raná também expõem em suas páginas mulheres, às vezes, não totalmente vestidas, mas nos resta aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados também não querer comparar o jornal "Hoje" o seu conteúdo e sua linha, a esses periódicos a que acabamos de fazer referência.

Se "Hoje Cascavel", se "Hoje Rondon", se "Hoje Foz do Iguaçu", os três periódicos que circulam semanalmente em todo Oeste do Paraná, conseguem uma expressão consagrada no meio de toda aquela população, é exatamente, graças à sua linha de atuação, ao seu trabalho, ao seu dinamismo, e principalmente, à sua imparcialidade.

Uma imprensa que está preocupada em informar e também formar pensamentos, como haverá de ser a grande imprensa do Brasil! Como haverá de ser a grande imprensa do mundo! Não podemos admitir, simplesmente uma imprensa informativa. Há que se formar idéias, há que se formar o debate e "Hoje", em todas as suas linhas de Cascavel, Rondon e Foz do Iguaçu, tem efetivamente sido o testemunho personificado da grande imprensa interiorana do Paraná e da grande imprensa independente do Brasil.

Oxalá Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta Casa aprove unanimemente este requerimento de repulsa a esta apreensão, e oxalá, que esta medida seja imediatamente liberada para que, além dos custos industriais da edição, além dos prejuízos da imagem do jornal, além de tantas outras consequências materiais, fique uma consequência maior, fique a consequência desta motivação que não nos agrada, que nos dá repulsa e que nos leva a este protesto veemente. Que não se faça mais no Paraná e no Brasil esse tipo de atitude, e nós solicitamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que S. Ex.a o Governador do Estado, que o Secretário de Segurança e que a própria Secretaria de Justiça, que todos os órgãos, enfim, envolvidos, se manifestem neste sentido, porque não é possível que nós continuemos em nosso Estado assistindo, como agora acabamos de assistir, venha a ser apreendido sem maiores cautelas e sem maiores justificativas.

Portanto, Senhor Presidente, queremos que os Anais desta Casa, registrem esse pedido que ontem foi formulado, por força de Telex que recebemos, e de imediato denunciarmos esta triste situação que vem mais uma vez envergonhar a própria realidade brasileira e acima de tudo, denegrir a grande função do jornalista, e a função maior da imprensa brasileira.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A apreensão do jornal se deu por via judicial; e, num regime democrático é necessário o acatamento de ordem judicial, porquanto a expressão máxima de um estado de direito se faz através do Poder Judiciário. Porém, é necessário que antes e acima de tudo, tenha o Judiciário a preocupação de arregimentar para os seus quadros pessoas, no mínimo, emocional e mentalmente equilibradas. O juiz autor desta sentença, é o mesmo juiz, Sr. Presidente, que já mandou prender advogados no exercício profissional, é o mesmo juiz, Sr. Presidente, que na Comarca de Coronel Vívda, chamava os clientes dos advogados a que ele tinha, Sr. Presidente, despeito, ciúme e inveja e chamando os clientes no seu gabinete, para dizer àquelas partes que iam procurar a Justiça — "mude de advogado porque, senão, eu darei a sentença contra você". É o mesmo juiz, Sr. Presidente, que pegou uma testemunha, em Coronel Vívda, pôs no carro junto com a polícia, se dirigiu à Mangueirinha, exigiu que a testemunha reproduzisse a cena do crime e, impunhando um revólver, Sr. Presidente, desferiu um tiro, à queima roupa, no ouvido da testemunha e perguntou a ela — "OuvIU, agora?"

É um juiz desta têmpera, Sr. Presidente, desequilibrado mental e emocionalmente que deu essa sentença. Por isso, eu acho que a Casa deve fugir à regra e até se intrometer porque é tempo, Sr. Presidente, e existe nos corredores do Tribunal de Justiça, eu já sei, movimento para tirar e expungir esse juiz do Judiciário porque ele não honra a tradição, o equilíbrio e o bom senso dos nossos magistrados. Por isso, Sr. Presidente, eu acho que o momento é oportuno para que o voto de repúdio não seja dado ao Poder Judiciário mas, especificamente, a essa arbitrária figura que, lamentavelmente vem envergonhando nosso Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente.

Nós queremos deixar bem clara a nossa posição com referência ao requerimento feito, pelos Srs. Deputados, pela apreensão do jornal HOJE, que circulava, na data de ontem, em Foz do Iguaçu, e que foi apreendido. Nós recebíamos, ontem, telefonemas de Foz do Iguaçu e de Cascavel, comentando sobre a apreensão do jornal; e procuramos nos certificar através de pessoas id neas e responsáveis que o jornal dirigido por jornalista que, há muitos anos, milita na imprensa falada e escrita, de Cascavel, que merece a nossa confiança, nós não poder mos deixar de também trazer o nosso apoio e dando apoio aos nobres Deputados que votar o a favor do requerimento que repudia o ato que fez com que a circulação desse jornal fosse apreendida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu. Queremos dar o nosso apoio a essa imprensa livre e dizer, o juiz que se coloque na sua posição de magistrado e, que a nossa posição é favorável para que não haja mais essa apreensão, não só em Foz do Iguaçu mas, em todo o Estado do Paraná para que não venha se repetir o que aconteceu na data de ontem.

Nós votamos favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

— Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ant nio Facci, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Tribunal de Justiça do Estado, reivindicando a criação dos Distritos Judiciários de São José e São Jorge, na Comarca de Altônia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN, encarecendo providências para a retirada de dois enormes painéis de propaganda colocados recentemente na esquina da Rua Jacarezinho com Desembargador Vieira Calvacanti. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Delegado José Mathias Lacerda Sampaio, do 4.  Distrito Policial de Londrina. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de proceder a eletrificação do Distrito de Ibiracema, no M nc pio de Catanduvas. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando sejam encaminhadas cópias de documentos a diversas autoridades federais. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, apenas uma informa o da Mesa.

Requer o nobre Deputado que sejam encaminhadas cópias a diversas autoridades na área federal? Cópias do quê, Sr. Presidente, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao Sr. Deputado que a justificativa já foi lida pelo Sr. Primeiro Secretário, mas nós atendemos a solicitação do Sr. Deputado e iremos proceder a leitura da justificativa. (Lê a justificativa).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, contendo apelo a fim de que determine o início do asfaltamento da Rodovia PR-T-153, trecho que liga Imituva a Irati. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do I.B.C., pela acertada medida tomada ontem através de uma Resolução, na qual dava a Paranaguá, para os cafés exportados por aquele Porto, um diferencial de cinco centavos de dólar por libra/peso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Sr. Vereador Adolpho Mariano da Costa e, voto de repúdio ao ato de arbitrariedade promovido pela Câmara Municipal do Município de Medianeira. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre a viabilidade da pavimentação asfáltica da estrada que interliga os Municípios de Marechal Cândido Rondon a Guaíra. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, a bancada da ARENA votará contra o requerimento oferecido à Casa pelo Sr. Deputado Gernote Kirinus, porquanto, segundo informações que nos chegam às mãos da Secretaria de Estado dos Transportes, a pavimentação asfáltica da estrada que interliga os Municípios de Marechal Cândido Rondon a Guaíra, deverá ser executada ainda no corrente exercício ou, talvez, no próximo.

Nestas condições, não há razão para que esta Casa encaminhe um pedido de informações ao Chefe do Executivo:

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Gostaria apenas Sr. Presidente, Srs. Deputados, justificar mais uma vez o pedido de informações. Este asfalto de Marechal Cândido Rondon a Guaíra, foi uma promessa feita em campanha eleitoral, lá no meu município, no mini-ginásio do Colégio Estadual de Marechal Cândido Rondon, pelo nobre Governador Ney Braga.

Promessa esta, que lá em Mercedes causou euforia, inclusi-

ve entusiasmo, para que votassem a favor do candidato da ARENA.

Este Deputado perdeu portanto alguns votos, por esta promessa feita. Não estou lamentando os votos que tenha perdido; embora afirme a minha posição clara diante da Igreja, faço aqui a leitura de um documento de importante manifesto que esta alertava os eleitores, chamando a atenção para os candidatos que dizem que tudo aquilo que está sendo feito pelos municípios, no Estado ou no País, é feito por eles ou pelo Partido deles, como se fosse um favor. Diz mais a minha Igreja, isto não é verdade, as obras públicas são feitas com o dinheiro dos impostos que vocês pagam. Obra pública não é presente de política ou de partido, mas é um direito que vocês têm. Portanto, embora eu pertença ao Movimento Democrático Brasileiro, não quero aqueles votos de retorno em função da promessa feita ou da construção do asfalto.

Só quero ser informado se esta promessa realmente vai se cumprir ou não. E a informação eu peço àquele que prometeu. Por isto, gostaria de manter o meu requerimento de que responda a S. Ex.^a, o Governador, porque partiu dele a promessa; e não admito que outros respondam. Quero a palavra dele e nada mais. É por isto que submeto, novamente em votação, este meu requerimento, porque aquele povo espera realmente que esta promessa seja cumprida. Também, este Deputado espera, porque deixou sacrificar alguns votos lá. E é justo que este povo receba e seja atendido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, creio ser merecedora de fé a palavra da liderança do Governo desta Casa, quando informa aos Srs. Deputados de que o trecho asfáltico mencionado no requerimento do nobre Deputado Gernote Kirinus, vai ser realmente pavimentado de acordo com o programa da Secretaria dos Transportes.

Mas como se ainda não bastasse este posicionamento que entendo relevante para o posicionamento dos Parlamentares, gostaria de lembrar à Casa de que a promessa e o compromisso feitos naquela ocasião, em Marechal Cândido Rondon, partiram do Governador do Estado; de um Governador que não é homem habituado a fraudar a verdade e não cumprir os seus compromissos.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que realmente por estas duas razões, a primeira, a fé que há de merecer a palavra da liderança do Governo nesta Casa e a segunda, a seriedade de conduta, do comportamento político e administrativo do Governador do Estado, por estas duas razões, entendo inócuo o requerimento do Sr. Deputado Gernote Kirinus, exatamente pelos motivos expostos. Sem nunca entretanto, deixar de reconhecer o Direito do nobre Deputado, de apresentar o seu requerimento. Mas pelas razões expostas, nós votaremos, Sr. Presidente, contrariamente ao requerimento do Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós oriundos do Oeste do Paraná e aqui eu convoco o testemunho de todos os Srs. Deputados de toda a vasta região oeste, para que pondere-se um pouco sobre o que acaba de se falar nesta Casa. Um pedido altamente justificável, porque não tem outra razão senão relembrar promessas feitas e ainda não cumpridas, principalmente de um município de alta pujança como Marechal Cândido Rondon, ligando distritos de elevada produtividade e seguindo-se esta Rodovia até Guaíra, na divisa do nosso Estado e do Brasil, tendo ligações com rodo-

vias do Norte do Paraná e portanto, São Paulo e o Brasil inteiro; tudo isto significa a responsabilidade do próprio parlamentar de vir aqui, recordar as promessas feitas e cobrar do Executivo e de quem quer que seja, aquilo que consta de programa, que consta de projeto ou que conste de meras palavras.

Por esta razão, Sr. Presidente, nós ficamos até acanhados e angustiados, porque estranhamos que um pedido do MDB, como vem acontecendo de uns dias para cá, seguidos pedidos de informações, passam a ter pronta resposta a nível da Assembleia; como se a própria promessa feita pelo atual Governo do Estado; que estaria pronto, através de suas Secretarias ou do próprio Executivo, de dar imediatas informações, quando solicitadas não valesse nada. Nós ficamos estranhando este tipo de comportamento.

Nada mais quer o Sr. Deputado Kirinus, ilustre Deputado de Rondon e do Oeste, do que obter estas informações relembando aquilo que consta de programas que nós nem sabemos, como foi dito aqui há pouco, se é para este exercício ou para o próximo. O Oeste do Paraná não pode mais esperar. Porque foi através de pressões feitas pelo povo, que nós conseguimos, o asfalto de Cascavel-Toledo, e dali para a frente, porque naquela época corriam faixas na nossa região, decalques, "slogans", como por exemplo: "Oeste, gente mais perto de bicho"; em contraste com o que então existia no Norte do Paraná: "Gente mais perto de Gente". E o Oeste se impôs inclusive através de uma campanha que lá estávamos implantando, "Gente mais perto de bicho", porque estávamos nos distanciando de todo o centro do Norte e da Capital, através do esquecimento que se colocou a nossa região por tantos e tantos anos.

Por estas e tantas outras razões que nós poderíamos ficar a manhã inteira aqui, fazendo delineamentos, é que nós solicitamos à honrada Bancada da ARENA, aos nossos companheiros do MDB, que dêem apoio a este requerimento. Porque afinal de contas é uma das funções do Parlamentar vir exigir aqui, em nome do seu povo que as obras sejam feitas; e às obras prometidas ou programadas, não sei para quando, sejam efetivamente dadas prioridades.

Porque, afinal de contas, se prioritária é a agricultura no Brasil, prioritário também é o seu escoamento. E aquela região está a necessitar.

Em nome de Marechal Cândido Rondon e de Guaíra, mas acima de tudo, em nome do Oeste do Paraná, da sinceridade dessa própria política prioritária, nós convocamos os parlamentares presentes nesta Casa, que aprovelem este requerimento. Afinal de contas, um simples requerimento que objetiva lembrar a autoridade, a cumprir o que prometera. E que não fiquemos no vazio das informações imprecisas que quebram a autoridade e a própria autoridade do Poder Legislativo, aqui presente, que também fica no "talvez" e no "quem sabe", e não sabemos até quando.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Oeste do Paraná pede, reclama e exige de direito, respeito às suas reivindicações e cumprimento às promessas e, acima de tudo, esse simples requerimento tem um objetivo: fazer valer a voz daquela gente angustiada, que em nome de Guaíra, de Rondon e todos os distritos pelos quais essa rodovia passará, está a reclamar providências urgentes no sentido de nós obtermos o quanto antes melhor, a rodovia asfáltica em referência.

Por isso, conclamo efetivamente, é função deste Poder, e eu peço, que se recicle esse tipo de comportamento que há pouco nós ouvimos. Se realmente está tudo definido, então que venha oficialmente a informação através da autoridade competente.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a pa-

lavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Com todo o respeito às ponderações e informações prestadas pelo nobre Líder da Bancada da ARENA, nós temos a dizer que S. Ex.^a, desta semana para cá, está usando de dois pesos e duas medidas, porque, quando é um requerimento da Bancada do MDB, da nossa Bancada, S. Ex.^a prontamente vem e presta os esclarecimentos — evidentemente que lhe cabe isso, porque V. Ex.^a defende o Governo.

Mas, o que estranhamos é que ainda anteontem o nobre Líder da Bancada da ARENA apresentou nesta Casa um pedido de informações ao Secretário do Interior do Estado. E eu gostaria de perguntar a esta Casa se a Bancada da ARENA pode pedir informações, por que é que nós do MDB não podemos, se é um direito líquido e certo, nós pedirmos informações que acharmos necessárias para esclarecer o povo deste Estado? — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, volta esta Casa a se imiscuir em problema de outro Poder. E é porisso que o político brasileiro está num conceito muito baixo junto ao povo.

O nobre Líder da ARENA, alguns dias atrás, depois de votar em favor de um veto do Sr. Governador, com relação ao tempo integral dos Srs. Advogados, apresentou um requerimento ao Sr. Governador, solicitando que o Sr. Governador considere e voltasse atrás.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Questão de ordem, Sr. Presidente. O nobre orador está desviando do assunto em discussão e V. Ex.^a sabe que é anti-regimental. Nós não aceitamos esse tipo de provocação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa solicita ao nobre Deputado Deni Schwartz, que se atenha à matéria em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Estou me atendo à matéria, Sr. Presidente, porque estou formulando as razões pelas quais nós não recebemos, de maneira alguma, informações da Liderança do Governo desta Casa como oficial.

Porque o próprio Líder do Governo admite que não é o "dono da verdade". E eu reconheço isso. E tanto não é o dono da verdade que teve de fazer um humilde requerimento, com a aprovação desta Casa, para que o Sr. Governador do Estado mandasse, para esta Casa, um projeto de lei determinando que os Srs. Advogados não fossem obrigados a tempo integral.

Se dono da verdade fosse, e dono da vontade do Governo fosse, não haveria razão desse requerimento.

Ali admite o Sr. Líder do Governo que não cabe a ele, quando requereu, vir aqui, mesmo como Líder do Governo, prestar as informações.

Feito este intróito, Sr. Presidente, faria um apelo ao Sr. Deputado, autor do requerimento, que o retirasse, se o Líder do Governo, que se dispôs a prestar informações, informasse à bancada do MDB, neste momento, e agora, se a estrada em questão não se encontra no atual plano de contenção do Governo.

Porque os jornais estamparam, há poucos dias, entrevista do eminente Secretário de Transportes, dizendo que "muitos cortes deverão ser feitos no Plano Rodoviário. Porque, para uma dívida de oito bilhões de cruzeiros, o orçamento daquela Secretaria é apenas de cinco". E muitas obras terão que ser retardadas.

E é isto, Sr. Presidente, que o Sr. Deputado Gernote Kirinus está solicitando.

Será que o Sr. Líder do Governo pode dizer se essa estrada está no plano de contenção, ou não?

Poderá o Sr. Líder do Governo dizer quando, se neste exercício, ou no outro?

Ou então, me permitam os nobre Deputados da ARENA, neste momento, estaremos abrindo mão de um direito que é do Deputado, ou um direito não nosso, dos Deputados do MDB, mas de todos nós, Parlamentares deste Estado, sabermos a quantas andam as coisas do Estado.

Se abirmos mão desse direito, tenho de concordar com o nobre Deputado Jurandir Messias: "vamos fechar a Casa". Porque, se já não podemos apresentar projetos de lei, dignos desse nome, a não ser noventa por cento de reconhecimento de utilidade pública, de títulos de cidadania honorária, o que vamos fazer aqui? Apenas gastar e onerar mais o Erário Público?

Cabe direito a todos nós, Deputados da ARENA ou do MDB, sabermos as coisas que o Executivo está fazendo. Porque, inclusive, possa essa estrada estar no plano de contenção, anunciado pelo próprio Secretário dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. PALÁCIOS — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvindo com atenção o nobre Deputado Deni Schwartz, creio que é dever nosso procurar saber a quantas andam as coisas do Estado.

No entanto, estivemos na Secretaria dos Transportes, e a respeito dos novos planos que o atual Governo vem fazendo para o plano rodoviário, procurou o Governo, e a Secretaria dos Transportes, para que não haja solução de continuidade, dar um ritmo adequado, bem como um novo cronograma, às obras que estão em andamento.

É dentro do plano de contenção; o plano de contenção, pelo menos o que me foi esclarecido, não se trata de deixar de fazer esta, ou aquela estrada, mas que, dentro em breve o Governo anunciará o plano rodoviário do Governo atual, em que deverão constar as estradas como já foi amplamente divulgado pelo Sr. Secretário dos Transportes, em entrevistas aos jornais. Acredito que aquelas entrevistas tenham dado assim, esclarecimentos, pelo menos em um nível mais acertado, em um nível, vamos dizer assim, de caráter global, mas, em caráter isolado acredito que dentro daquilo que nos foi dito, que dentro em breve e nestes dias o Governo fará o devido pronunciamento, dando esclarecimentos e trazendo ao conhecimento público sobre as estradas que deverão constar do plano rodoviário do atual Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

É esta a 5.^a vez que solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa não aceita a referência de Vossa Excelência.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, estamos ouvindo atentamente as sugestões da nobre bancada do MDB, por um dos seus componentes e, dentro deste cronograma - como diz o Deputado Palácios - não cabe a nós, e sim ao Governo do Estado, que está procurando acertar a aplicação e a construção desta estrada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Eu votação o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos neste momento, apenas trazer o nosso testemunho das palavras que não são oficiais, se bem que são ditas pelas autoridades que dirigem o Estado.

O Líder da ARENA nesta Casa, o nobre Sr. Deputado Erondy Silvério, afirmou que tem informação de que, ou neste exercício, ou no próximo, se concluirá o asfaltamento desta rodovia ora em discussão.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós estamos já um tanto descrentes das informações que são prestadas não de maneira oficial, porque a nossa descrença se fundamenta em que, promessas e afirmações desta natureza foram feitas em 1976 na eleição municipal, quando o Governo prometeu a construção de um aeroporto em Apucarana, e em 1977 quando o mesmo Governo se instalou em Apucarana e garantiu ao povo e às autoridades que lá estavam, que iria concluir e asfaltar o aeroporto de Apucarana, e novamente nas eleições de 1978, como aconteceu em Rondon - aconteceu novamente em Apucarana onde o Governo prometeu que iria iniciar e concluir a construção do aeroporto, em Apucarana.

Disse o Sr. Deputado Airton Cordeiro, que deve se dar uma fé à palavra do Líder do Governo nesta Casa; o povo já deu muita fé ao Governo que aí está, porque acreditando em informações que não são oficiais, a cada vez, a cada tempo o Governo passa, ainda mais, a esquecer e a marginalizar os compromissos assumidos nas campanhas e nas praças públicas.

Esta informação que o Sr. Deputado pede ao Poder Executivo não é uma informação isolada do nobre Deputado, é um pedido de informações, que faz a bancada do MDB, que faz a Assembléia Legislativa do Paraná.

Portanto, não ficou e não pesa, sobre a palavra do Líder do Governo, nenhuma dúvida sobre a informação que ele traz. O que nos interessa realmente, é que venha uma informação oficial, para que fique registrado nos Anais deste Poder, aquilo que realmente traduza a vontade do Poder Executivo.

E ao nobre Deputado Gabriel Manoel, que defendeu o seu Líder nesta Casa, nós também queremos dizer, que qualquer ofensa a um membro do nosso Partido, é uma ofensa a todos os membros do Partido. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltando ao assunto requerido pelo nobre Deputado Kirinus, nós somente queríamos relatar, que o Governo Ney Braga, que é uma continuação do Governo da ARENA do ex-Governador Jayme Canet Júnior, merece um voto de confiança com relação à ligação Rondon-Guaíra.

Nós, como representantes do oeste do Paraná, também aqui nesta Casa, achamos da maior importância a construção da ligação de Marechal Cândido Rondon com Guaíra, porque além de cobrir uma das áreas mais produtivas da nossa região, será a menor distância para ligar o Município de Guaíra a Foz do Iguaçu, sendo futuramente a reta do turismo na nossa região oeste do Paraná.

Somente quero dizer que tive a grande honra de chefiar o 8.º Distrito Rodoviário da Região Oeste do Paraná e há três anos atrás, somente, nós contávamos naquela região, com 45 km de rodovias asfaltadas. Hoje nós possuímos na Região Oeste do Paraná, mais de 700 km de rodovias pavimentadas e um Governo que em somente três anos executou mais de 600 km de rodovias asfaltadas, merece um voto de confiança, merece um voto de crédito e o nosso Governador Ney Braga, que assumiu o Governo do Estado há somente um mês e vinte e cinco dias, já colocou na relação de prioridades para a nossa região, a construção da ligação Rondon-Guaíra.

Gostaria também de informar que a construção de uma rodovia asfaltada, não é realizada de um dia para o outro. Nós temos que, inicialmente fazer o projeto final de engenharia, para depois entrarmos na construção desta rodovia e quero dizer, ao nobre Deputado Kirinus, que em contato com o Secretário dos Transportes Nivaldo Almeida, nós ouvimos deste Secretário que a ligação Rondon-Guaíra consta da relação de obras prioritárias para a nossa região oeste do Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Senhor Presidente. Estou acompanhando com muita atenção o desenrolar desta reunião. Gostaria de dizer o seguinte: quando assumi a Prefeitura Municipal de Arapongas, chamei todos os vereadores de minha bancada e lhes pedi o seguinte: todas as informações que fossem pedidas pela bancada que me fazia oposição, deveriam ter apoio e acatamento, ainda mais, abri todos os departamentos da Prefeitura Municipal para que os representantes do povo do município, pudessem pessoalmente e através de elementos capacitados, analisar e estar ao par de todos os assuntos e de todos os atos praticados pela Administração Pública Municipal.

Não vejo porque, e até agora não compreendi porque a ilustre bancada da ARENA está a se colocar contra esse simples pedido de informação. Não parte da bancada do MDB nenhuma desconfiança mas, nós queremos saber. Todos os pedidos de informação que estão sendo formulados pelo MDB, são rejeitados e me lembro que há algumas semanas passadas, o próprio Sr. Governador, em uma entrevista à imprensa, falou que todos os pedidos de informação da bancada oposicionista, teriam acatamento e seriam respondidos. Simplesmente, a autoridade competente recebendo esse pedido de informação da Assembléia, diria - essa rodovia será executada em 1980; está em estudos. Qualquer resposta nos satisfaria e não sei porque todo esse empenho da bancada da ARENA em se colocar contra um simples pedido de informação que foi feito através de um dos nossos Deputados. Aqueles que não têm nada a esconder, aqueles que não têm nada que sonegar à população do Estado do Paraná, se sentiriam muito à vontade em, de maneira simples, responder a esses pedidos de informação, porque, senão, nós vamos cair, exatamente naquilo que já afirmamos, vamos nos transportar numa Assembléia que, simplesmente, vai apoiar voto de cidadania honorária, declarar de utilidade pública entidades que prestam serviços ao Paraná; e vamos ficar fazendo o que, aqui?

Não compreendo, até agora não compreendi, realmente, o porque da recusa da bancada da ARENA em relação a esses pedidos de informações. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres companhei-

ros.

Eu comungo com o pensamento dos demais companheiros da Oposição que se pronunciaram, nesta Casa, a respeito desse assunto.

É realmente muito estranha a atitude tomada pela Liderança da Bancada da Situação ao tentar brear a tramitação de um simples pedido de informações. Na verdade, o cuidado especial para que esses pedidos não cheguem às mãos do Sr. Governador do Estado do Paraná, não tem razão de ser mesmo porque os jornais estamparam notícias dando conta de que o próprio Governador do Estado, em conversa com o Líder da Bancada da Oposição, informou que estaria com as portas abertas do Palácio Iguaçu, para acatar qualquer pedido de informação; e a resposta seria imediata. No entanto, quando nesta Casa dei entrada de um pedido de informação com respeito ao Pinheirão, recebi também da Liderança a informação de que o Governador nesses primeiros dias de mandato, não gostaria de receber qualquer tipo de pedido de informação e que as informações seriam prestadas pela própria Liderança, nesta Casa, porque ele estaria com muitos assuntos a serem tratados, a serem debatidos, a serem examinados.

Sinceramente, não concordo porque o Governador do Estado do Paraná, conta com uma grande equipe à assessorá-lo e esta estrutura de Governo, se não tiver condições de responder a um simples pedido de informação não tem competência para administrar um Estado gigante como é o Estado do Paraná.

Srs. Deputados, o requerimento do Pinheirão que dei entrada nesta Casa e que foi aprovado no dia 23 de março, passem os Srs., até hoje, não recebi a cópia de sua expedição. Ao procurar saber o que estava acontecendo com o tal requerimento que foi aprovado, não sei como, mas foi aprovado, esse pedido de informações por vias legais de tramitação e por falhas burocráticas da Casa, estava no arquivo, com o carimbo de "Arquive-se". Ai, nós fomos descobrir que o citado requerimento havia, por engano entrado no arquivo. Solicitamos então a tramitação legal, através do competente Diretor Legislativo desta Casa, que tomou as providências no momento imediato, e que foi às vias cabíveis para a tramitação legal, ele foi para a expedição, a expedição - setor de correspondência já encaminhou este requerimento para a 1.ª Secretaria e até agora não recebi ainda a cópia da tramitação deste simples pedido de informação. E agora, mais uma vez, notamos a tentativa de se brear mais um pedido de informações nesta Casa, e lamentamos. Porque o parlamentar vem aqui para legislar e também para fiscalizar a conduta do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A mim me parece que tem razão a bancada do MDB em ficar até mesmo indignada com a proposta do Senhor Líder da ARENA, em rejeitar a aprovação deste requerimento.

Pede o Deputado Gernote Kirinus, informações ao Governador sobre a viabilidade da pavimentação asfáltica da estrada que interliga os municípios de Marechal Cândido Rondon a Guaíra. E, a preocupação dele tem razões de ser. Se ela está no Plano de Obras do Estado, apesar deste Plano de Obras - e já fiz comentários ontem, da tribuna -, está totalmente sem nenhuma validade. Porque, para a Secretaria dos Transportes, há aqui uma previsão no Orçamento de quatro bilhões, duzentos e oitenta milhões e cento e sessenta mil cruzeiros.

Mas veja bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não diz quanto tem de dinheiro da administração direta do Estado. Ele inclui na programação e quem fez isto foi o Governo anterior, na programação financeira, uma série enorme de estradas já concluídas, já festivamente inauguradas, principalmente em épocas pré-eleitorais, e não coloca logo em seguida quanto foi destinado a estas estradas.

Depois vem um parágrafo que diz: "E ainda com a participação financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e construção e melhoramento de outras tantas rodovias".

Vejam bem, mas antes ainda tem um outro item: "Executar com a participação financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento". Veja Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o Governo anterior programou grande número de construção de estradas com participação financeira do BID, ele só poderá fazer Sr. Presidente, se esta Casa aprovar empréstimos externos. E isto só vai ocorrer se o MDB votar favorável.

Não pode, em hipótese alguma a Liderança do Governo nesta Casa, obstacularizar a aprovação de requerimento simples, pedindo se esta estrada ou aquela obra foi ou vai ser construída, sob pena de radicalização que vai trazer prejuízos enormes ao nosso Estado que nós não queremos; mas também não podemos ficar aqui, de espinha dobrada. Se estamos no MDB e se estão os homens da ARENA que buscam o voto também, nesta Casa estão porque tiveram coragem de buscar o apoio popular, não importam até as formas. Mas principalmente o MDB, veja bem, principalmente o MDB lutando deste 1966, quando foi criado este Partido contra toda a sorte de pressão, com companheiros nossos sendo presos, mortos, cassados, no entanto nós estamos há tantos anos combatendo o bom combate. Mas sempre nos parlamentos votando favoráveis quando a causa é justa. E a causa defendida pelo Deputado Gernote Kirinus, nesta oportunidade, é justa. E vejamos a ironia do destino. Na primeira página de quase todos os jornais da Capital, de hoje, está que o Sr. Erondy Silvério diz ser contra radicais; não gosta de radicalismo.

Vejam bem, radicaliza num requerimento de informações que não está procurando buscar se tem nenhuma corrupção no DER, se tem outra coisa qualquer, está perguntando: Se uma obra vai ser efetivamente construída? Se esta obra está em qual dos planos? Quanto tem de verba, efetivamente o Estado do Paraná, disponível para construir suas estradas?

Pretendo Sr. Presidente, Srs. Deputados ficar sempre que um requerimento desta natureza venha à discussão, observando detidamente a conduta e a forma de comportamento de todos os Srs. Deputados.

Porque não pode se admitir que um requerimento desta natureza, não seja aprovado. Nós estamos em busca no plano de obras do Governo, desta estrada que diz que está no plano. Parece-me que o Sr. Nilso Sguarezi não conseguiu encontrar aqui.

Na verdade, solicito à bancada da ARENA e principalmente ao seu Líder, que não faça este radicalismo ir mais longe. Ele será altamente prejudicial ao Estado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, queria colocar aos eminentes Deputados da ARENA, o outro lado da questão. Para um Deputado da ARENA, é muito fácil saber das coisas. Nós vimos o depoimento de dois Deputados aqui, dois engenheiros inclusive do DER, que têm até, vamos dizer assim, intimidade com as coisas do DER pelo próprio aspecto de serem seus funcionários.

Estes dados, a eles, são fáceis de colher. Mas ao Depu-

tado do MDB, é impossível. Sr. Presidente, eu mesmo cito como exemplo, por ter conversado com o Governador, fui pichado. Então, o Deputado do MDB é difícil descobrir alguma coisa deste Estado, dentro da administração.

Agora, estas informações ficarem privativas do Deputado da ARENA, me parece que até é um certo egoísmo dos Srs. Deputados da ARENA. Porque, Sr. Presidente, nós podemos acreditar, sinceramente, em muitas coisas que o Governo diz; e os Deputados da ARENA são testemunhas, Sr. Presidente quando foi distribuído o mapa de rodovias asfaltadas neste Estado que não estão asfaltadas, Sr. Presidente. Documentos do Estado do Paraná, mapas que vasculharam e que correm todo o Brasil, de estradas que estão asfaltadas apenas no papel, porque nós sabemos que não estão, e que os Senhores vieram aqui justificar. Como nós, Sr. Presidente, poderemos nos satisfazer com informações contraditórias, como foram ditas aqui?

O Deputado Palácios disse que não podia informar, porque o Secretário vai informar daqui para a frente. Já o Deputado David Cheriegate veio dizer que a estrada está no plano.

Por isto, Sr. Presidente, que não sirvam as minhas palavras como ameaça, mas uma dedução lógica de que "a toda a ação, corresponde uma reação contrária e igual"; se este requerimento, Sr. Presidente, notem bem, se este requerimento não tiver a aprovação da Assembléia, o MDB a partir deste momento, está descomprometido. Está descomprometido! Porque aqui falta a palavra de homens sérios, inclusive do Sr. Governador que, na sala deste Parlamento, na presença de Deputados do MDB e da ARENA, disse que não negaria informação alguma de sua administração.

Por isto, Sr. Presidente, a partir da recusa deste requerimento, está descomprometida a nossa bancada para qualquer aspecto da administração por quanto a partir deste momento, será quebrado um protocolo solene firmado que nós estamos cumprindo.

Muito obrigado. (Aplausos da Bancada Emedebista).

(Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - (Faz soar os Tímpanos)

O SR. FUAD NACLI — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos deixar; nós tínhamos pedido ao Líder do Governo para nos liberar, porque achávamos que era justo o pedido de informações. Pela atitude que o Líder da Bancada da Oposição tomou, nós queremos colocar, porque não queremos dialogar e nem vir aqui fazer afronta a quem quer que seja. Mas confiamos na palavra de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado; mas achamos que a informação ela deveria ser dada à bancada; mas pela atitude que os Srs. Deputados da Oposição estão tomando, volto atrás, peço ao meu Líder que reconsidere, vou votar com a minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou começando neste ano, nesta Casa, e acredito que tenho muita coisa ainda para aprender. O que era certo, em muitas atitudes e tomadas de posições no Governo passado, já no início deste Governo, acabaram sendo consideradas erradas, e exemplifico: o problema dos professores do Paraná, que era tido como correto, no ano passado, pelo então Governador, neste ano de 1979, foi considerado errado pelo atual Governador do Estado, Sr. Ney Braga, que numa medida inteligente, acabou resolvendo o problema dos Professores, em grande parte.

O Sr. Governador do Estado, da gestão passada, foi contrário à uma Lei de Classificação dos Advogados, Lei n.º 7074, onde impôs votos e acabou, já nesse Governo, acabou

sendo contrariado por grande parte, ou pela grande maioria dos advogados do Estado do Paraná, que se viram prejudicados, dado os protecionismos que acabaram ocorrendo na classificação.

Pode ser também que o atual Governador aliado ao Secretário dos Transportes, venha a acreditar que esta obra não seja prioritária, que esta obra não seja uma exigência do seu primeiro exercício, pode ser. Pode ser que a promessa do antigo Governador não seja adotada pelo atual Governador. Por isso estou solicitando neste instante, ao Líder da ARENA, para que os Deputados desta Casa se coloquem na posição de igualdade, para com o Executivo; e que também se coloquem ao lado daquilo que é de direito, que é natural, os Três Poderes realmente nivelados, e nunca subordinados como há muito tempo vem acontecendo, não só no Paraná, mas em todo o Brasil.

Este pedido de uma simples informação - e eu até aproveito para agradecer, o Líder, que o pedido de informações feito por este Deputado, no Quadro de Classificação dos Advogados, foi aceito por sua bancada. Mas é um direito que nós temos e seria mais uma vez uma tomada de posição, para que o Legislativo se colocasse ao lado do Executivo e nunca abaixo, como vem ocorrendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. (Pausa)

Rejeitado o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram

levantar-se. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem seus devidos assentos para verificação da votação.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

18 Srs. Deputados aprovam o requerimento.

18 Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem. Gostaria que Vossa Excelência procedesse nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

18 Srs. Deputados o aprovam.

18 Srs. Deputados o rejeitam.

A Mesa procederá nova verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

18 Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

16 Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Rejeitado o requerimento. Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 151/78 e de Resolução n.º 04/79.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 163/77, 136/78 e 13/79 e de Resolução n.ºs: 13 e 14/79.
Levanta-se a sessão.